

Pinotti vai a Brasília

ESTADO DE SÃO PAULO
e convoca concentração

Saúde

11 OUT 1989

A União das Santas Casas da Alta e Média Noroeste informou, através de telex ao secretário da Saúde, José Aristodemo Pinotti, que desde ontem 22 hospitais filantrópicos deixaram de atender aos pacientes pelo convênio Inamps-Suds. Sem receber verbas federais, que chegam com atraso de 90 dias e sem correção, desde janeiro, a rede pública do Estado de São Paulo já não tem mais condições de oferecer atendimento por esse convênio.

Essa notícia será transmitida hoje por ele e por um grupo de políticos e de representantes dos hospitais, ao ministro da Previdência Jader Barbalho, em Brasília, em entrevista marcada para as 11 horas. As Santas Casas receberam telex emitido ontem pela Secretaria da Saúde convocando todos os provedores para uma concentração às 10h30 em frente ao Ministério. As cidades que ficaram sem atendimento pelas Santas Casas são: Birigüi, Araçatuba, Andradina, Auriflama, Alto Alegre, Buritama, Bilac, Castilho, Bento de Abreu, Guararapes, Lins, Valparaíso, Mirandópolis, Clementina, General Salgado, Penápolis, Getúlia, Pereira Barreto, Martinópolis, Sud Menucci e Muritinga do Sul.

A Clínica São Lucas, de Americana, pediu ontem descredenciamento. A Santa Casa de Ribeirão Preto passará a cobrar os medicamentos dos próprios pacientes. O Hospital São Francisco de Assis, em Tupã, fechará as portas amanhã.

Pinotti considera a situação das Santas Casas mais grave do que a dos hospitais particulares, pois elas "não optaram pelos procedimentos médicos mais lucrativos, ficando com as internações mais problemáticas". Além disso, os hospitais tiveram aumentos de 400 a 500% nos valores que recebiam do Inamps. "O que temos recebido de Brasília corresponde, em termos reais, a 46% da receita da mesma época do ano passado", explicou. Para ele, nem o Estado nem as prefeituras, que estão gastando 13% de seus orçamen-

tos com saúde, podem suportar a situação.

Pinotti entende que o funcionalismo tem "certa razão" ao ameaçar entrar em greve e diz estar solidário com os hospitais privados que estão pedindo descredenciamento. Insiste, porém, que como homem público tem obrigação de cuidar do usuário de baixa renda. Para isso, mesmo compreendendo a posição dos hospitais, vai intervir naqueles que, ao se descrediarem, deixam populações carentes de cidades inteiras sem assistência.